



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 1 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Emenda a Lei Orgânica traz a “Nomeação Limpa Municipal” na nomeação de servidores a cargos comissionados e de função de confiança no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pariquera-açu.

A Administração Pública tem como um de seus objetivos primordiais sempre oferecer um serviço de qualidade e tem o dever de ser composta por pessoas técnicas e moral, que não tenham nenhum tipo de restrição pessoal ou profissional.

A Ficha Limpa revelou-se como exemplo do exercício da cidadania, na medida em que demonstrou a insatisfação do povo com a permanência de pessoas com restrições na gestão de cargos públicos. Dessa forma, entendo como legítima a utilização de critérios em âmbito municipal para evitar o acesso dos chamados “nomes restritos” ou cabide de empregos aos cargos de provimento em comissão e confiança.

Trata-se de um passo para proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício dos cargos e funções públicas.

Há de se ponderar, a diferença entre requisitos para o provimento de cargos públicos - matéria situada na iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo (STF, ADI 2.873-PI, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, 20-09-2007, m.v., DJe 09-11-2007, RTJ 203/89) - e condições para o provimento de cargos públicos - que não se insere na aludida reserva, e está no domínio da iniciativa legislativa comum ou concorrente entre Poder Legislativo e Poder Executivo – porque não se refere ao acesso ao cargo público, mas, à aptidão para o seu exercício.

Face à enorme relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para analisar, aperfeiçoar e aprovar este projeto de emenda a Lei Orgânica com a maior brevidade.

Plenário Ver. Ivo Zanella, 17 de Fevereiro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE
PARIQUERA-AÇU

PROTOCOLO 93/20

Recabido em: 18/02/2020

Morário: 14500

Paulo Roberto Mendes
Vereador

RODRIGO MENDES

Vereador

Professor Sergio Chemite
Vereador

Ellei Coppi
Vereador

Mário Augusto A. Miranda
Vereador

“Deus seja louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

004

**PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 1 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020
(LEGISLATIVO)**

Dispõe sobre alteração do art. 126 da Lei Orgânica para estabelecer impedimentos para assunção de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Direta e Indireta do Município.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º O artigo 126 da Lei Orgânica passa a ter a seguinte redação:

“Art. 126 – São impedidos de ocupar função de confiança ou cargo em comissão na Administração Pública Direta e Indireta;

I – os que forem condenados, com decisão transitada em julgado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos após o cumprimento da pena, por crimes contra a Administração Pública;

II – os que forem condenados por ato de improbidade administrativa, com trânsito em julgado, pelo prazo que durar os efeitos da decisão;

III – aqueles que tiverem suas contas, que devem ser prestadas anualmente, rejeitadas pelo Poder Legislativo, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

IV – administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta que tenham dado causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos da aplicação das sanções pelo Tribunal de Contas;

V – pessoas físicas que atuem como dirigentes de pessoas jurídicas que prestem serviços à Administração Pública Municipal;

VI – profissionais que tenham sido excluídos ou suspensos do exercício de suas profissões pelo órgão de classe, quando a qualificação seja exigida para o exercício do cargo ou função pública, pelo prazo que durar a sanção;

VII – servidores que tenham sido demitidos do serviço público, desde a condenação até o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos da aplicação da sanção, ressalvada a reforma da decisão pelo Poder Judiciário.”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. Ivo Zanella, 17 de fevereiro de 2020


RODRIGO MENDES
Vereador